

AESA
AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS
DO ESTADO DA PARAÍBA



Açude São Gonçalo - Sousa



Açude Epitácio Pessoa - Boqueirão

Relatório Anual 2017

www.aesa.pb.gov.br

1. Apresentação

Com a chegada das águas do PISF no Deságue de Monteiro, em 10 de março de 2017, foi iniciada a pré-operação do Eixo Leste na Paraíba. Foram realizadas diversas reuniões públicas, que contaram com a presença de representantes da ANA, da AESA, do Ministério Público, de Prefeituras, de Sindicatos e Associação de Irrigantes, de Colônia de Pesca, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, dentre outras instituições.

Considerando a importância social e econômica do restabelecimento de usos das águas do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) e do Rio Paraíba, a fim de garantir a subsistência dos agricultores, a ANA e a AESA resolveram estabelecer condições de uso de recursos hídricos superficiais e subterrâneos para o Sistema Hídrico Rio Paraíba-Boqueirão, formado pelo rio Paraíba, do Deságue do Eixo Leste do PISF em Monteiro até o reservatório Epitácio Pessoa, em Boqueirão, através da Resolução Conjunta ANA e AESA Nº 1.292, de 17 de julho de 2017.

Diante do prolongamento da estiagem e da conseqüente escassez hídrica em praticamente todo o Estado, a AESA tomou medidas importantes para garantir o abastecimento hídrico da população e ampliou a presença do Governo do Estado nos espaços públicos reiterando a necessidade do uso consciente da água.

2. Atividades realizadas no ano:

- Foi implantado na AESA o Sistema de Informações Web, com uso de geoprocessamento, visando à modernização da Gestão de Recursos Hídricos no Estado da Paraíba;
- A AESA cadastrou carros-pipa de todo o Estado que são utilizados para transportar água dos açudes administrados pelo Governo do Estado. O cadastramento, que é gratuito e obrigatório, foi estabelecido por uma resolução conjunta entre a AESA e a Agência Nacional de Águas – ANA, publicada no Diário Oficial da União no dia 21 de dezembro de 2015, e prevê que o controle das águas retiradas pelos pipeiros deve ser feito até dezembro de 2017;
- A Diretoria e técnicos da AESA participaram de várias reuniões para discutir propostas de Plano de Alocação de Água no Estado da Paraíba e propostas de Marcos Regulatórios para os açudes do Estado, com a participação de representantes da ANA, do DNOCS, da CAGEPA e dos Comitês de Bacias Hidrográficas;

- A AESA participou de várias Reuniões da Câmara Técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, em Brasília;
- Foram realizadas várias visitas técnicas às obras da integração das águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional, com representantes do Ministério Público Estadual, Prefeitos dos municípios que receberão as águas, técnicos da AESA, da SEIRHMACT, da SUDEMA, da CAGEPA e de outros órgãos da administração estadual;
- Foi implantado no Estado o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – QUALIÁGUA, no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA;
- Foi iniciada a licitação para contratação da Consultoria que procederá a revisão e atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba – PERH;

2.1- Fiscalização, operação dos mananciais e gerências regionais

A fiscalização do uso dos recursos hídricos corrobora com a gestão como atividade meio, conforme a Legislação vigente, controlando e monitorando os diferentes usos de água de forma preventiva e/ou repressiva, na medida dos preceitos legais.

Diante da variação no uso dos recursos hídricos no Estado, tem sido necessário o permanente acompanhamento desses usos, principalmente no tocante à quantidade e qualidade na exploração do aludido recurso natural, com vistas ao controle das atividades e empreendimentos que impactam o ambiente em especial a água bruta.

Buscando alcançar a eficácia do processo utilizaram-se diferentes metodologias nas ações como visitas técnicas para apuração de denúncias; reuniões técnicas de instrução e regularização do uso da água em todo o Estado.

O processo de fiscalização se dá com atos administrativos convenientes a cada situação. Para a expedição de um ato administrativo segue-se uma ordem, iniciando com o Auto de Constatação empregado na apuração de denúncia de irregularidade, Auto de Intimação para convocação dos usuários em pendência junto a Gerência de Licenciamento e Outorga até o Embargo Provisório expedido quando do não cumprimento de ações específicas para o saneamento da irregularidade constatada.

- Em 2017 foram expedidos 256 atos administrativos, sendo:
166 Autos de Constatação;

10 Autos de Infração com Advertência;

08 Autos de Infração com Multas;

07 Autos de Embargos Provisórios;

65 Termos de Compromisso;

232 Visitas Técnicas a Usuários de Água Bruta.

- Foram realizadas avaliações contínuas por meio de simulações, com base no balanço hídrico, para a definição das regras operacionais sustentáveis dos açudes operados. Foram realizadas simulações do Balanço Hídrico em todos os açudes monitorados pela AESA;

- Foram feitas análises, operações e acompanhamentos das vazões dos açudes monitorados pela AESA;

- Foram realizados cadastros e classificações de barragens para atender às metas do PROGESTÃO, sendo cadastrado um total de 10 barragens, cinco correspondentes ao DPA (Danos Potencial Associado) e cinco a classificação de risco;

- Ao longo de 2017 foram realizadas várias medições de vazão do rio Paraíba;

- Foram feitas inspeções de segurança de barragens em todo o Estado.

- Foram feitas as classificações das barragens Camará, Jenipapeiro I, Saulo Maia, Serrote e Sindô Ribeiro, quanto ao seu DPA, monitorando assim seus danos potenciais na área de alcance do açude por meio de KML (linguagem de marcação do Keyhole).

- Foram realizadas análises e emissões de pareceres técnicos para os processos de licença de obras e de outorga que dependem da avaliação da disponibilidade hídrica do manancial a ser utilizado;

- Foram realizadas análises e emissões de pareceres técnicos para os processos recebidos pela AESA atendendo assim toda a demanda dos usuários. Os processos têm solicitações como: visita técnica, dados da AESA, desassoreamento de açudes, construção de açudes, viabilidade técnica para construção de um açude/barragem, dados de da AESA quanto a qualidade da água, licença de obra hídrica, estudo técnico de vazão, recuperação de barragens, regularização de outorga, informações quanto a classificação de segurança da barragem, solicitação da capacidade atual de um determinado açude, solicitação de abertura ou fechamento das comportas e informações gerais sobre algum açude;

- Foram cadastradas no Sistema de Informações da AESA as fichas de inspeção regular das barragens.

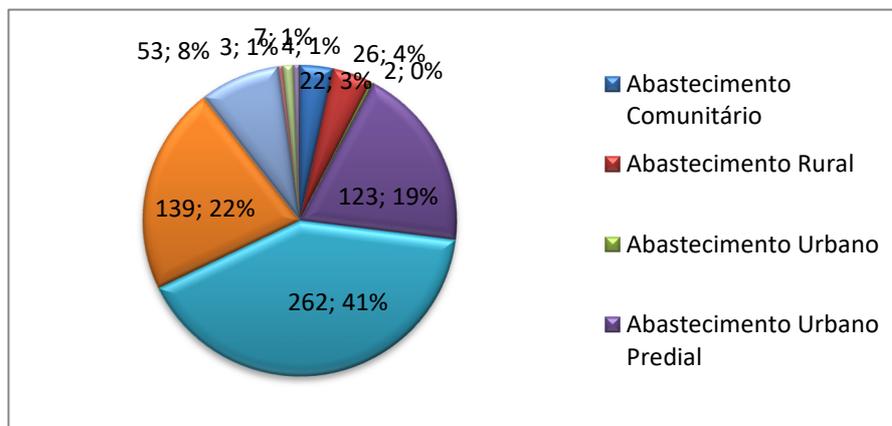
- Foram realizados procedimentos para instalações de medidores de vazão em vários mananciais do Estado;

- Acompanhamento de captações de imagens e filmagens com drone em vários municípios do Estado;
- Acompanhar a gerência de fiscalizações em atividades pertinentes em vários municípios;
- Realização de procedimento de medição da vazão no Rio Paraíba, em barragem e nas estações hidrométricas do PISF, nos municípios de Monteiro, Camalaú, Sumé, Caraúbas, São Domingos do Cariri, Cabaceiras e Boqueirão;
- Participação no treinamento sobre Metodologia Simplificada para Definição da Mancha de Classificação do Dano Potencial Associado (DPA) da Barragem. Curso realizado em Brasília na Agencia Nacional de Águas (ANA);
- Ao longo de 2017 foram realizadas visitas técnicas para emissão de pareceres em processos de outorga pelo uso de água bruta e em processos de licença de obras hídricas em diversos municípios do Estado;
- Em 2017 foram realizadas visitas técnicas periódicas ao Canal da Redenção para verificação de sua estrutura física, do acesso ao Canal e da vegetação em seu entorno;
- Foram realizadas visitas técnicas de inspeção de açudes em todo o Estado, para verificar as condições de uso, bem como verificar se as normas para irrigação estavam sendo cumpridas;
- Ao longo do ano de 2017 foram realizadas fiscalizações, em conjunto com técnicos da ANA, da CAERN e a Polícia Ambiental, nos rios Aguiar, Piancó e Piranhas, nos municípios de São Bento, Paulista, Pombal e Coremas. Foram lacradas bombas e apreendidos aspersores que estavam retirando água sem autorização;
- Foram realizados estudos preliminares para construção de açudes;
- Ao longo do ano de 2017 foram realizadas visitas técnicas para fechamento e para abertura de comportas de açudes;
- Durante o ano de 2017 foram realizadas visitas técnicas em vários açudes do Estado para fiscalização de carros pipas;
- Em 2017 foram realizadas visitas técnicas a diversos mananciais atendendo solicitações do Ministério Público.

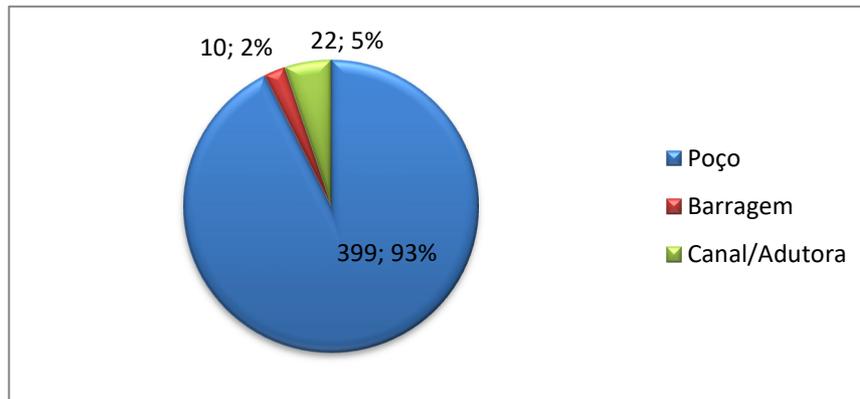
2.2 – Outorga de Direito de Uso da Água Bruta e Licenças para Construção de Obras Hídricas

Em 2017, foram protocolados na AESA processos, entre solicitações de outorgas de uso da água e licenças para construção de obras hídricas. Além dos processos com entrada no ano de 2016, alguns processos protocolados em anos anteriores tiveram suas outorgas e/ou licenças expedidas.

Do total das outorgas, a maior parte foi emitida para a irrigação, seguido pelo setor industrial.



As licenças de obras hídricas foram divididas em obras de perfuração de poços, construção de açudes, de canais e de adutoras.



	Outorgas concedidas	Licenças concedidas	Processos protocolados	Processos analisados	Valor arrecadado com outorgas	Valor arrecadado com licenças	Valor total arrecadado
2016	1015	435	1228	1442	R\$ 106.619,10	R\$ 79.288,16	R\$ 185.907,26

2.3 - Tecnologia da Informação

Atividades Contínuas:

Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos técnicos da Fundação Parque Tecnológico no desenvolvimento dos módulos que compõem o Sistema de Informações;
Atualização do Sistema de Monitoramento da AESA filial de CG, no site institucional;
Rotina de atendimentos como suporte técnico aos usuários da Rede e Sistema de Informação;
Manutenção de computadores, incluindo reparos de Hardware e instalação de programas para a melhora de desempenho;
Gestão dos equipamentos a disposição dos funcionários, incluindo encaminhamentos para consertos e aquisição de insumos;

Mapas confeccionados referentes ao suporte cartográfico:

Confecções de mapas para os processos de outorgas, licenças, fiscalizações, enquadramento de corpos hídricos etc.;

Outras atividades:

- Correção e atualização do Banco de Dados espacial;
- Atualização Cartográfica;
- Disponibilização de arquivos CAD e *shapefile*;
- Disponibilização de arquivos KML;
- Esclarecimento de dúvidas para usuários externos sobre o Geo portal;
- Conversão de dados espaciais para fins diversos;
- Conversão de Coordenadas;
- Suporte ao setor de informática.

2.4 – Atividades dos Comitês de Bacias Hidrográficas

Os comitês de bacias hidrográficas são órgãos colegiados com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, que, juntamente com outras instituições, compõem o Sistema

Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba e são vinculados ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.

Os comitês de bacias hidrográficas são compostos por representantes eleitos dos órgãos e entidades do governo federal, estadual e municipal, assim como por representantes dos usuários de água e da sociedade civil organizada.

A Paraíba conta atualmente com três comitês de bacias hidrográficas estaduais e um comitê de bacia hidrográfica federal. A AESA secretaria os três comitês estaduais, que são: Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul – CBH-LS, Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte – CBH-LN e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba – CBH-PB.

No ano de 2017 os Comitês realizaram reuniões periódicas para discussões e deliberações de temas relacionados às bacias hidrográficas.

No Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul – CBH-LS foram realizadas eleição para escolha de novos membros e após a posse desses novos membros foi realizada a eleição para a Diretoria Colegiada. O CBH-LS realizou quatro Reuniões Ordinárias e uma Reunião Extraordinária

onde foram apresentados e debatidos temas como: Proposta de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água Bruta; Metas Pactuadas do PROCOMITÊS; Projeto de Levantamento das Nascentes do Gramame.



O Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte – CBH-LN realizou quatro Reuniões Ordinárias, onde foram apresentados e debatidos temas como: Projeto de Mapeamento da Situação dos Planos de Saneamento Básico dos Municípios Inseridos nas Bacias Hidrográficas; Proposta de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água Bruta; Canal das Vertentes Litorâneas; Zoneamento Pedoclimático da Área do Canal das Vertentes

Litorâneas; Metas Pactuadas do PROCOMITÊS; Ações em Preservação Ambiental realizadas pela Prefeitura de Mamanguape.



O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba – CBH-PB realizou duas Reuniões Ordinárias e duas Reuniões Extraordinárias, onde foram apresentados e debatidos temas como: Plano de Acompanhamento e Manutenção da Recepção das Águas da Transposição do Rio São Francisco no Eixo Leste; Plano de Revitalização do Rio Marés; Adequação e Recuperação dos Açudes do Eixo Leste do PISF; Posicionamento do CBH-PB sobre o fim do racionamento na cidade de Campina Grande; Proposta de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água Bruta.



Foi realizada uma reunião entre os três Comitês e a AESA para apresentação do Processo de Elaboração do Termo de Referência Modelo para Licitação dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Estado.

Foi realizada uma reunião entre os três Comitês e a AESA para discutir o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança para 2018.

Foi realizado o VI Encontro Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Paraíba, com apresentações de temas como: Plano de Gestão das Águas do PISF; Avanços e Desafios dos Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais; Fórum Cidadão – Os Comitês participando do 8º Fórum Mundial da Água; Cobrança pelo Uso da Água Bruta; O Papel dos Comitês na Governança dos Recursos Hídricos; Perspectivas Climáticas para 2018.



Foi realizado o III Seminário de Meio Ambiente Sapé e Região, onde foram apresentados e discutidos temas como: Abastecimento de Água e Desenvolvimento- Situação de abastecimento de água dos municípios; O Canal das Vertentes Litorâneas; Esgoto Sanitário - Situação do esgotamento sanitário nos municípios; Drenagem e Resíduos Sólidos - Situação atual do município de Sapé; Meio Ambiente - Gestão participativa; Situação atual dos municípios de Sapé e região.



Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS - Foi realizada a Oficina de Pactuação das Metas do PROCOMITÊS, com a participação da AESA, da ANA e dos Comitês Estaduais.



Participação dos representantes da Paraíba no XIX Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - XIX ENCOB, onde foram discutidos diversos temas voltados para os comitês de bacias, gestão e recursos hídricos.



2.5 - Cadastro de Usuários de Água Bruta

O cadastro dos usuários de água bruta é um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos e tem como objetivo conhecer o universo de usuários de água bruta no Estado, para ajudar na manutenção da disponibilidade hídrica dos atuais e futuros usuários, subsidiando o gerenciamento dos recursos hídricos.

Em 2017 foram realizados 586 cadastros no alto curso do rio Paraíba e 266 cadastros no baixo curso do rio Paraíba.

O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos da AESA registra um total de 5.443 usuários de água cadastrados.

2.6 - Monitoramento e Hidrometria

A AESA é o órgão responsável pelo monitoramento hidrometeorológico do Estado e através da sua Gerência de Monitoramento e Hidrometria (GEMOH), que realiza, dentre outras ações, o monitoramento das condições de tempo, clima e recursos hídricos de todo o estado da Paraíba.

A rede pluviométrica do estado da Paraíba é uma das poucas padronizadas do Brasil, com 265 postos pluviométricos, todos contendo pluviômetros tipo *Ville de Paris*, instalados em praticamente 100% dos municípios paraibanos e mantidos sob estrita obediência aos critérios e normas da Organização Meteorológica Mundial - OMM.

A AESA mantém 04 estações agrometeorológicas - AESA/INPE, 17 estações hidrológicas - PISF/AESA/ANA e 10 estações agrometeorológicas - AESA/UFCG/INSA/PACTQ/FINEP que medem as diversas variáveis de clima e solo em tempo real e de forma totalmente automática.

A rede de monitoramento da AESA é operada em parceria com órgãos públicos, empresas privadas e particulares, entre eles: EMATER, EMEPA, CAGEPA, DNOCS, EMBRAPA, prefeituras municipais e cooperativas agrícolas.

Atividades desenvolvidas na GEMOH

- **Boletim diário de previsão do tempo:** emissão de boletim de previsão diária das condições do tempo para todo o estado da Paraíba para um período de 24 horas. Esses boletins são divulgados na página institucional da AESA <http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/previsao.do?metodo=exibirPrevisaoHoje2>, e também são enviados via mensagem eletrônica para diversos órgãos cadastrados, de todo o país, no e-mail: lista aesaprevisaodotempo@googlegroups.com.

- **Avisos meteorológicos da previsão da ocorrência de eventos extremos:** No ano de 2016, a equipe de Meteorologistas da GEMOH/AESA monitorou 24 horas por dia, sete dias na semana, sobre a ocorrência de eventos extremos, tanto na área de meteorologia, quanto de recursos hídricos. O monitoramento foi efetuado no ambiente da Sala de Situação de Riscos Hidroclimáticos. Foram efetuados também, plantões com técnicos capacitados e equipados para o monitoramento on line de todas as variabilidades hidroclimáticas do estado da Paraíba.

- **Boletim diário de precipitação:** Emissão de boletim de monitoramento diário da precipitação que informa acerca das precipitações ocorridas em todo o estado da Paraíba. Esses boletins são atualizados via internet no site institucional da AESA <http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/medicaoPluviometrica.do?metodo=chuvasDiariasMapa> e no Portal da Sala de Situação: <http://www.aesa.pb.gov.br/saladesituacao/>

- **Informe hidroclimático:** Emissão de boletim de monitoramento semanal da precipitação e das condições hidroclimáticas do estado da Paraíba que informa acerca das precipitações acumuladas ao longo da semana e da variabilidade climática em todo o estado da Paraíba.

Esses boletins são disponibilizados via internet no site institucional da AESA <http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/medicaoPluviometrica.do?metodo=chuvasDiariasMapa> e também foram divulgados por email para diversos usuários cadastrados.

- **Informe hidrológico:** Emissão de boletim de monitoramento do nível dos reservatórios nos principais açudes do estado da Paraíba. Esses informes são disponibilizados via internet no site institucional da AESA/Sala de Situação: <http://www.aesa.pb.gov.br/saladesituacao/> e divulgado por e-mail para diversos usuários cadastrados.

2.7 - COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA BRUTA

A Cobrança pelo Uso da Água Bruta é um dos instrumentos de gestão da Política Nacional e Estadual dos Recursos Hídricos, tendo sido instituída no Estado da Paraíba pela Lei Estadual nº 6.308/1996, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 33.613/2012.

A Cobrança pelo Uso da Água Bruta tem por objetivo reconhecer a água como um bem econômico e incentivar o uso racional da água, bem como obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos. De acordo com o Decreto Estadual nº 33.613/2012 os tipos de usos passíveis de cobrança e os valores variam de acordo com a tabela abaixo:

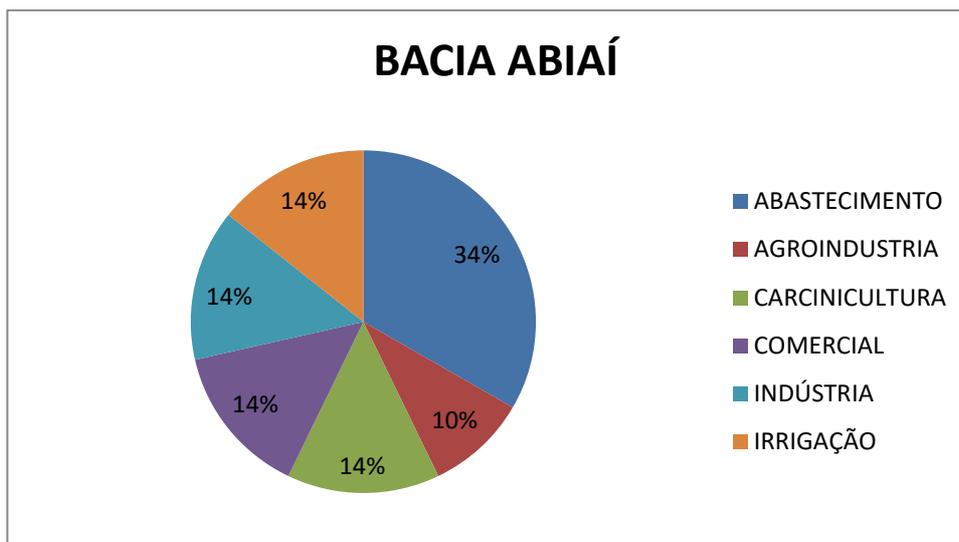
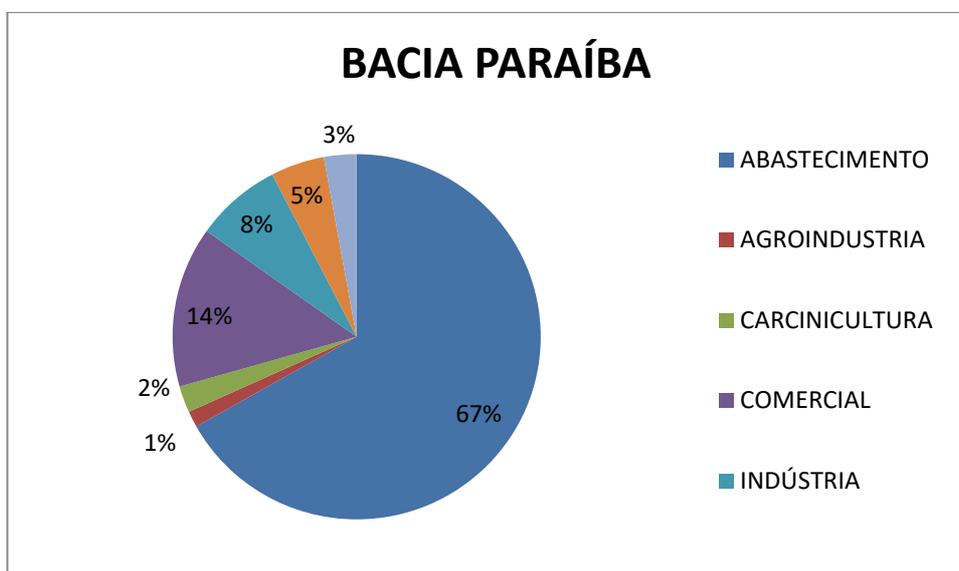
SETOR	PREÇOS UNITÁRIOS
Irrigação e outros usos agropecuários	R\$ 0,005/m ³ , no 3º ano de aplicação
Piscicultura intensiva e carcinicultura	R\$ 0,005/m ³
Abastecimento público	R\$ 0,012/m ³
Comércio	R\$ 0,012/m ³
Lançamento de esgotos e demais efluentes	R\$ 0,012/m ³
Indústria	R\$ 0,015/m ³
Agroindústria	R\$ 0,005/m ³

Até o mês de novembro de 2017 foram arrecadados R\$ 625.344,11 (Seiscentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais e onze centavos) com a Cobrança pelo uso da água bruta. Os recursos arrecadados são separados por bacia hidrográfica e por tipo de uso da água, de acordo com a planilha abaixo:

BACIAS HIDROGRÁFICAS	VALOR ARRECADADO R\$
Paraíba	R\$ 312.412,43
Abiaí	R\$ 47.542,74
Gramame	R\$ 62.609,17

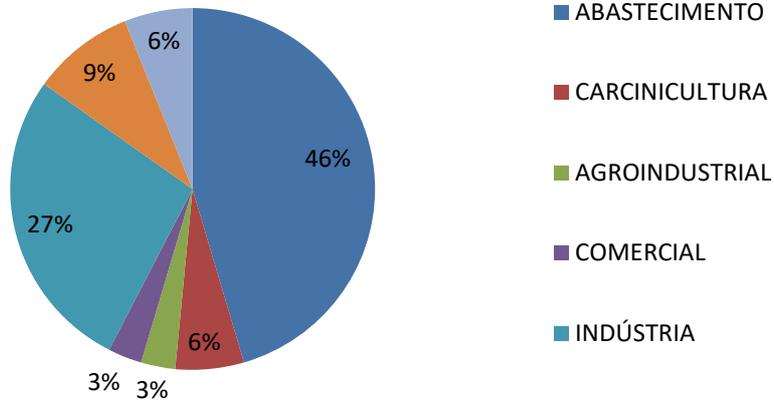
Miriri	R\$ 131.803,70
Mamanguape	R\$ 64.077,59
Camaratuba	R\$ 5.279,85
Curimataú	R\$ 21,02
Guaju	R\$ 1.501,62
Jacu	R\$ 77,29
Trairí	R\$ 18,70
TOTAL:	R\$ 625.344,11

Representação gráfica dos valores arrecadados, por bacia hidrográfica:

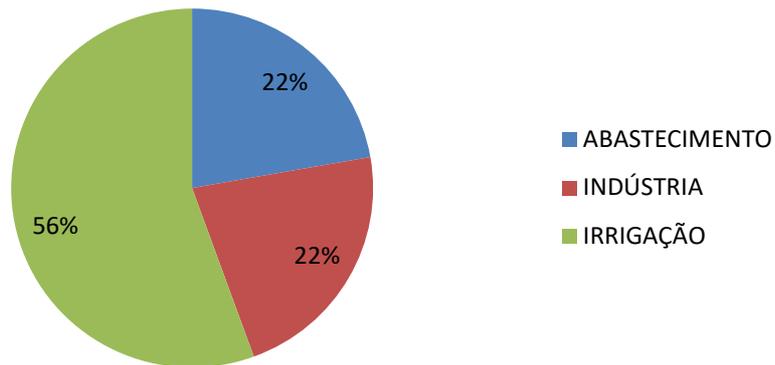




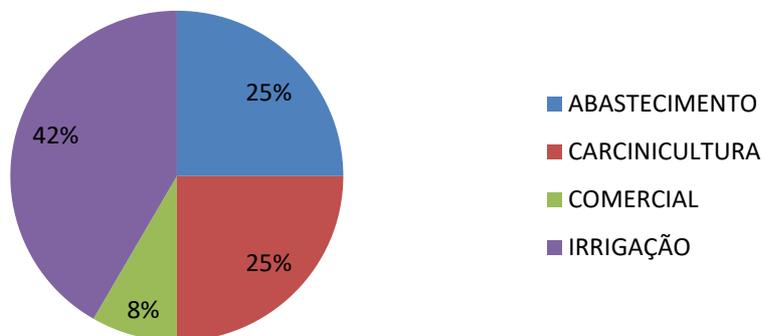
BACIA GRAMAME

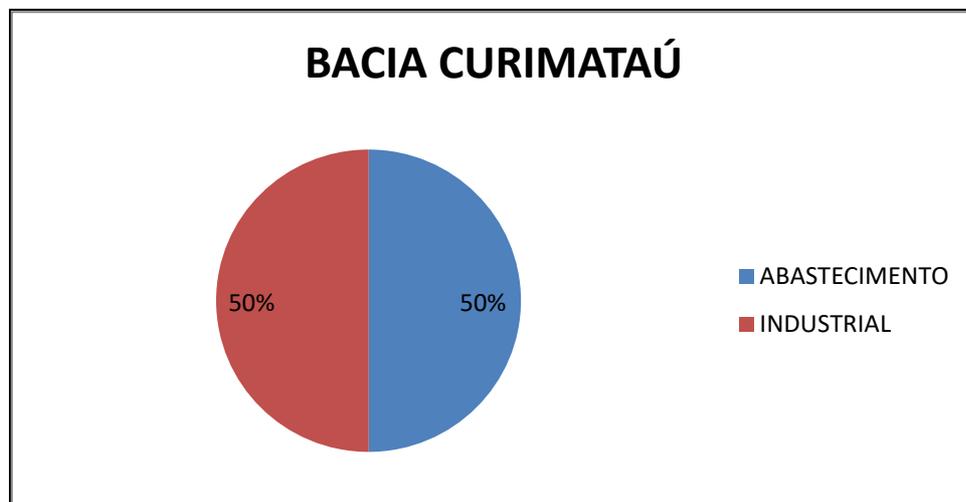
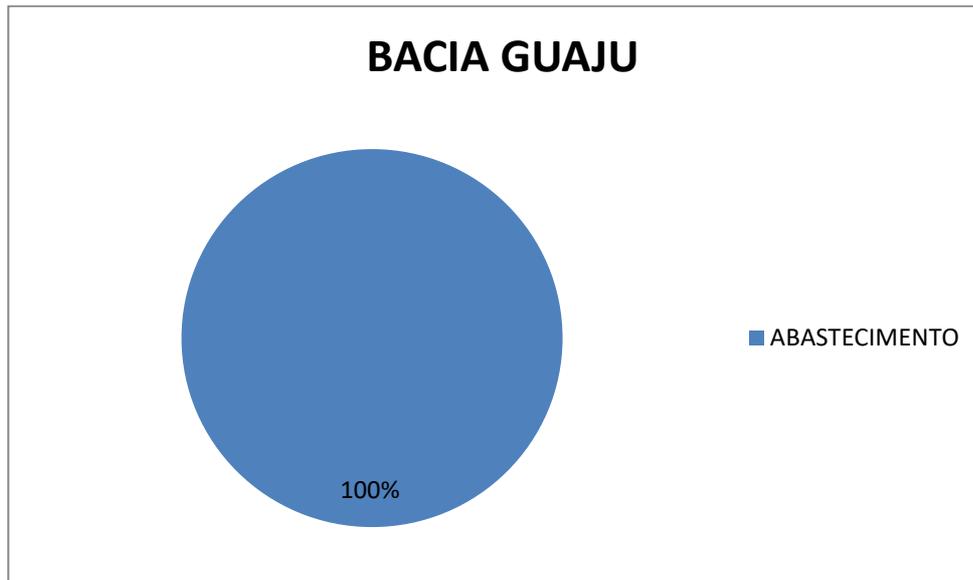


BACIA MIRIRI



BACIA MAMANGUAPE





2.8 – PROGESTÃO

O Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO foi desenvolvido pela Agência Nacional de Águas - ANA com o intuito de apoiar os Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREHs, que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, objetivando promover a efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, conduzidos nas esferas nacional e estadual bem como fortalecer o modelo brasileiro de governança das águas, sendo esse integrado, descentralizado e participativo.

O PROGESTÃO foi regulamentado por meio da Resolução ANA nº 379/2013 e baseia-se no princípio do pagamento por alcance de metas, a partir da adesão voluntária das unidades da federação.

A Paraíba, a partir do Decreto nº 33.861, de 22 de abril de 2013, aderiu ao PROGESTÃO, tornando a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA, entidade estadual responsável pela coordenação da implementação do programa no Estado da Paraíba. Para o cumprimento de seus objetivos, o Programa aportou recursos orçamentários da ANA, na forma de transferência pelo alcance de metas federativas e metas estaduais, acordadas entre a ANA e as entidades estaduais, sendo interveniente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH.

No Primeiro Ciclo do Programa que foi encerrado em março de 2017, o Estado da Paraíba atingiu 99% das metas estabelecidas, fazendo jus ao recebimento dos recursos, que foram e estão sendo aplicados na melhoria da Gestão de Recursos Hídricos em âmbito Estadual.

Dentre as ações desenvolvidas pela AESA no ano 2017 com os recursos advindos do PROGESTÃO destacam-se: melhoramento do banco de dados estadual, que agora faz parte de um sistema nacional, ampliação do monitoramento das chuvas, implantação da cobrança pelo uso da água bruta, dentre outros.

Dando continuidade ao programa a Agência Nacional de Águas – ANA instituiu o Segundo Ciclo do PROGESTÃO e publicou no dia 09 de agosto de 2017 a Resolução nº 1506/2017 que estabelece os novos valores das parcelas do programa e os pré-requisitos para os Estados aderirem ao programa.

Para continuar investindo na gestão de recursos hídricos, o Estado da Paraíba aderiu ao segundo ciclo do programa, tendo o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovado o novo Quadro das Metas a serem cumpridas para o recebimento dos recursos.

Dentre as metas estabelecidas para o 2º Ciclo do PROGESTÃO, está a elaboração de um Plano de Capacitação que congregue as ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas que integram o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREH no Estado da Paraíba durante o período de 2017 a 2021. Neste contexto, o Plano de Capacitação desenvolvido pela AESA aborda questões relacionadas à Gestão Integrada de Recursos Hídricos e apresenta eventos que versam para a qualificação e aprimoramento profissional nas mais distintas esferas que compõem o sistema supracitado e, conseqüentemente, melhorias na Gestão de Recursos Hídricos em âmbito Estadual, bem como na qualidade de vida de todos os atores envolvidos e contará com a cooperação de instituições a exemplo da



Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Universidade Estadual da Paraíba, Instituto Federal de Tecnologia da Paraíba – IFPB, Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba - ESPEP e do Instituto de Pesquisa e Promoção do Desenvolvimento e da Sustentabilidade – IPPEDS.

3 - Conclusão

A cada dia que passa fica mais clara a necessidade de nos prepararmos para a chegada da transposição das águas do rio São Francisco. A previsão do Ministério da Integração Nacional é de que o Eixo Leste seja concluído no início de 2017. É fundamental a gerência das nossas reservas hídricas da melhor maneira possível, até a chegada das águas da transposição aos nossos mananciais, bem como a ampliação da AESA para que possamos fazer uma gestão eficiente destas águas.

Também se faz necessária a revisão e atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH, que possibilitará a compatibilização das políticas e diretrizes do Governo Estadual com àquelas oriundas das linhas de atuação definidas pelo Governo Federal.